



Análise Estatística da Localização dos Agricultores Orgânicos Certificados em Mato Grosso do Sul

Statistical Analysis of the Location of Certified Organic Farmers in Mato Grosso do Sul

SILVA, Fernando Santos da¹; FEIDEN, Alberto²

¹Universidade Estadual do Centro do Paraná - UNICENTRO, Irati, PR, silva92.fernando@gmail.com; ²Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, e PPGDRS-Unioeste, alberto.feiden@embrapa.br

Resumo: O movimento orgânico no estado do Mato Grosso do Sul, ganhou força a partir de 1998, quando diversos movimentos sociais e instituições públicas se reuniram para ações conjuntas em apoio e fomento da produção orgânica. Organizações como APOMS e ABPO, fundadas em 2000 e 2001 respectivamente tem atuado em conjunto com universidades, instituições de pesquisa e extensão rural para desenvolver o sistema. Desde 2002, grandes encontros técnico-científicos abertos à participação dos agricultores e comunidades tradicionais têm mobilizado grande número de pessoas, com apresentação de grande número de trabalhos científicos e realização de oficinas técnicas. Este trabalho teve como objetivo avaliar através dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do MAPA, como este esforço se traduziu em número de unidades produtivas certificadas no estado. Os dados analisados incluíram o número de produtores, as características da produção e os sistemas de certificação adotados no estado de Mato Grosso do Sul, comparados aos registrados nas demais regiões do Brasil. Os resultados mostraram que o estado possuía, em maio de 2024, 32 unidades certificadas, 19 por certificação participativa e 13 por auditoria, colocando o estado no penúltimo lugar entre os estados brasileiros em relação ao número unidades de certificadas, na frente apenas de Acre e Tocantins. Este resultado é muito baixo em relação a todo esforço, mobilização, e estrutura disponível, que ocorreu no estado nos últimos anos. Por isso, é fundamental aprofundar este trabalho, buscando encontrar quais são os entraves que estão impedindo que, tanto grandes fazendeiros como agricultores familiares, tenham dificuldade em conseguir a certificação, seja por auditoria ou por certificação participativa.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura familiar, Políticas Públicas, Transição Agroecológica, Sustentabilidade.

Abstract: The organic movement in the state of Mato Grosso do Sul gained strength in 1998, when several social movements and public institutions came together for joint actions to support and promote organic production. Organizations such as APOMS and ABPO, founded in 2000 and 2001 respectively, have worked together with universities, research institutions and rural extension to develop the system. Since 2002, large technical-scientific meetings open to the participation of farmers and traditional communities have mobilized a large number of people, presenting a large number of scientific works and holding technical workshops. This work aimed to evaluate, using data from the National Register of Organic Producers, from MAPA, how this effort translated into the number of certified production units in the state. The data analyzed included the number of farmers, production characteristics and certification systems adopted in the state of Mato Grosso do Sul, compared to those registered in other



regions of Brazil. The results showed that the state had, in May 2024, 32 certified units, 19 through participatory certification and 13 through audit, placing the state in penultimate place among Brazilian states in relation to the number of certified units, ahead of only Acre and Tocantins. This result is very low in relation to all the effort, mobilization, and available structure that occurred in the state in recent years. Therefore, it is essential to deepen this work, seeking to find out what obstacles are preventing both large farmers and family farmers from having difficulty-obtaining certification, whether through audit or participatory certification.

Keywords: Agroecology, Family farming, Public Policies, Agroecological Transition, Sustainability.

Introdução

A agricultura orgânica é um sistema de produção que integra práticas que mantêm a saúde do solo e dos ecossistemas, excluindo insumos sintéticos como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Baseia-se na adubação orgânica, na rotação de culturas e no controle biológico de pragas, visando a conservação dos recursos naturais e a produção de alimentos (Miguel *et al.*, 2014; Darolt, 2013).

No Mato Grosso do Sul, segundo Padovan *et.al.* (2016), desde 1998, diversos órgãos, entre públicos e movimentos sociais se renuíram para apoiar o desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica. Em 2000, foi criada no Município de Glória de Dourados a APOMS, Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, congregando os agricultores em busca da certificação, e que ao longo do tempo vai evoluir para a “Rede de Agroecologia APOMS”, que em 2006 contava com cerca de 300 associados. Em 2001 foi criado o “Fórum Estadual de Agroecologia”, congregando os principais órgãos públicos estaduais, universidades, instituições de pesquisa e representações dos agricultores.

Também em 2001 foi fundada Associação Pantaneira de Pecuária Orgânica e Sustentável (ABPO), como o objetivo de adotar protocolos e rastreabilidade para garantir carne certificada. Atualmente possui em torno de 120 associados pantaneiros, que trabalham em sua maioria com a certificação de carne sustentável e uma pequena parte como carne orgânica sustentável (ABPO, 2024)

Em 2005 foi instalada a Comissão de Produção Orgânica do Mato Grosso do Sul (CPOrg-MS), que passa a coordenar as ações de apoio à certificação orgânica. Em 2006, as unidades da Embrapa, Agropecuária Oeste e Pantanal, ampliam suas equipes para incluir a pauta de agroecologia e produção orgânica em seus portfólios de pesquisa. Neste mesmo período, as diferentes universidades como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Também, iniciam atividades de pesquisa e extensão no



tema, porém com diferentes graus de envolvimento. Também a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), cria equipes de pesquisadores e extensionistas para atuar na área (Padovan et. al., 2016).

Com a finalidade de agregar todas as iniciativas dos diferentes atores em Agroecologia e Produção Orgânica, já em 2002, o Fórum Estadual de Agroecologia realizou o 1º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, realizado em Campo Grande e contou com 686 participantes entre agricultores, técnicos, pesquisadores, professores, estudantes e outros representando mais de 50 entidades, de todas as regiões do MS. Após um intervalo de seis anos, em 2008 foram realizados em Dourados, na Embrapa Agropecuária Oeste, o 2º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, e foi incluído também o 1º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS, para dar mais visibilidade às ações dos agricultores. O 3º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul e o 2º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS, foram realizados 2010, no Campus Pantanal da UFMS, em Corumbá-MS. Neste evento houve participantes da Bolívia e do Paraguai, dando caráter internacional e contou com 480 participantes (Padovan et. al., 2016).

Em 2012, em Glória de foi realizado em Glória de Dourados, o 4º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul e o 3º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS, na unidade da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, contando com 486 participantes, oriundos de 13 estados do Brasil. Em decorrência do aumento da abrangência dos eventos, tanto no Brasil como de países da América do Sul, foram criados mais dois eventos e o conjunto enquadrado com a marca AGROECOL que seria seguida do ano da realização do evento. Assim, o Agroecol 2014 foi composto pelos eventos: 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul; 5º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul; 4º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS e 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul, realizado na Embrapa Agropecuária Oeste em Dourados e contou com 1200 participantes, vindos de 25 estados da federação, de 5 países sul-americanos e 1 país da América Central. O Agroecol2016, realizado na UFGD em Dourados, incluiu cinco eventos: o 2º Seminário de Agroecologia da América do Sul, a 1ª Jornada Internacional de Educação do Campo, o 6º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, o 5º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS e o 2º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de MS (Padovan et. al, 2016) e reuniu mais 1500 participantes (Agroecol 2024, 2024).

O Agroecol2018 foi realizado no Campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e foi composto pelos seguintes eventos: 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul, 5º Seminário Estadual de Educação do Campo, 7º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, 6º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul e, 3º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul. Em 2020, em função da pandemia de



Covid-19, foi realizado o Agroecol Virtual 2020, com participação de 650 pessoas de 18 estados e cinco países (Agroecol2024, 2024).

Em 2011, sem qualquer discussão com o movimento orgânico ou agroecológico, o governo do estado do Mato Grosso do sul aprovou a Lei Nº 4.106, de 27 de outubro de 2011 (MS, 2011). Essa lei era apresentava incoerências, e em alguns casos não incluía os conceitos de agricultura orgânica. A partir dessa lei o movimento orgânico, através da CPOrg-MS, e da então Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar (SEMAGRO) e as demais organizações fizeram uma ampla discussão para fazer uma proposta coerente de lei para apoio à Agroecologia, Agricultura Orgânica e incluindo o Extrativismo Orgânico. Após ampla discussão, a proposta foi apresentada a dois deputados de correntes diferentes para rápida aprovação em 2018 foi aprovada a Lei Nº 5.279, de 6 de dezembro de 2018, que Institui a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico, e dá outras providências (MS, 2018). Entre os pontos positivos a lei inclui em seu inciso XV do Artigo 5 o Plano Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico (PLEAPO), que pelo Artigo 8 deverá constar no Plano Plurianual (PPA) do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive com orçamento específico (MS 2018). No entanto, durante tramitação na Assembleia Legislativa foram suprimidos dois pontos importantes da proposta apresentada pelos movimentos: foi excluído a parte referente ao plano estadual de redução de agrotóxicos e o artigo referente ao controle social da aplicação dos recursos destinados PLEAPO. A Lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 15.455, de 17 de junho de 2020 (MS, 2020).

Já o Plano Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico (PLEAPO), com o nome de fantasia de “Pró-Orgânico” foi homologado pela Resolução Semagro 705 de 22 de junho de 2020, que, contudo, não encontrada nos sites do governo do estado.

O presente trabalho visa através do levantamento dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) MAPA, verificar como toda essa mobilização social e apoio institucional se refletiu no número de agricultores orgânicos certificados no estado do MS, e como o estado se posiciona entre os estados brasileiros.

Metodologia

O estudo baseou-se em uma análise comparativa utilizando dados extraídos do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), coletada em maio de 2024. Esse cadastro reúne informações sobre os produtores orgânicos do Brasil, incluindo localização, tipo de produção e sistema de certificação (MAPA, 2024).



Os dados analisados incluíram o número de produtores, as características da produção e os sistemas de certificação adotados no estado de Mato Grosso do Sul, comparados aos registrados nas demais regiões do Brasil. As informações utilizadas foram apenas a de número de produtores certificados em cada município e o tipo de certificação que estes possuem. Com base nos dados obtidos pelo programa, foram feitos contatos por WhatsApp aos responsáveis pela APOMS, ABPO e ASSULPOA para checar e complementar as informações sobre os dados.

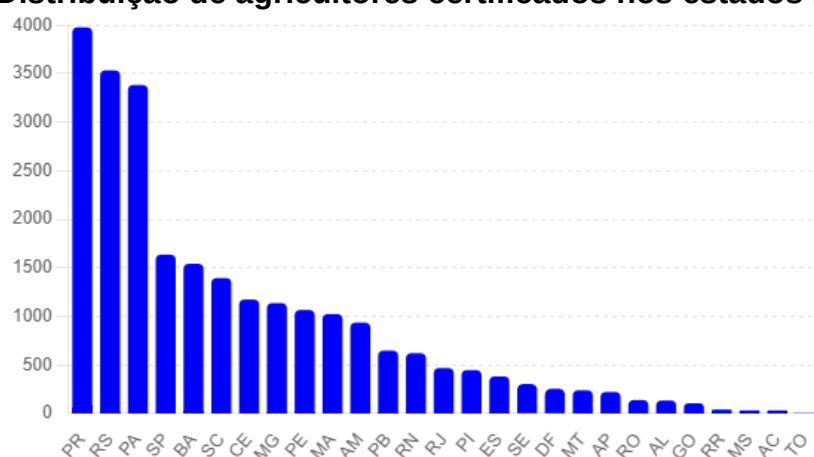
Este estudo é um estudo exploratório, bastante superficial, com objetivo inicial começar uma discussão sobre o efeito das políticas públicas e da mobilização social no estado sobre o número de unidades do estado certificadas como orgânicas.

Resultados e discussões

De acordo com os dados do CNPO, são 32 certificados no Mato Grosso do Sul, sendo 2 produtores possuindo mais 2 certificações e os demais possuindo apenas uma certificação. Destas certificações, são 13 por certificadoras e 19 por OPAC.

Essa situação revela um quadro alarmante para o estado em termos de desenvolvimento e incentivo à agricultura orgânica. Quando comparamos esses dados com os de outros estados do Brasil, conforme ilustrado na Figura 1, fica evidente que o estado está significativamente aquém dos demais.

Figura 1. Distribuição de agricultores certificados nos estados brasileiros



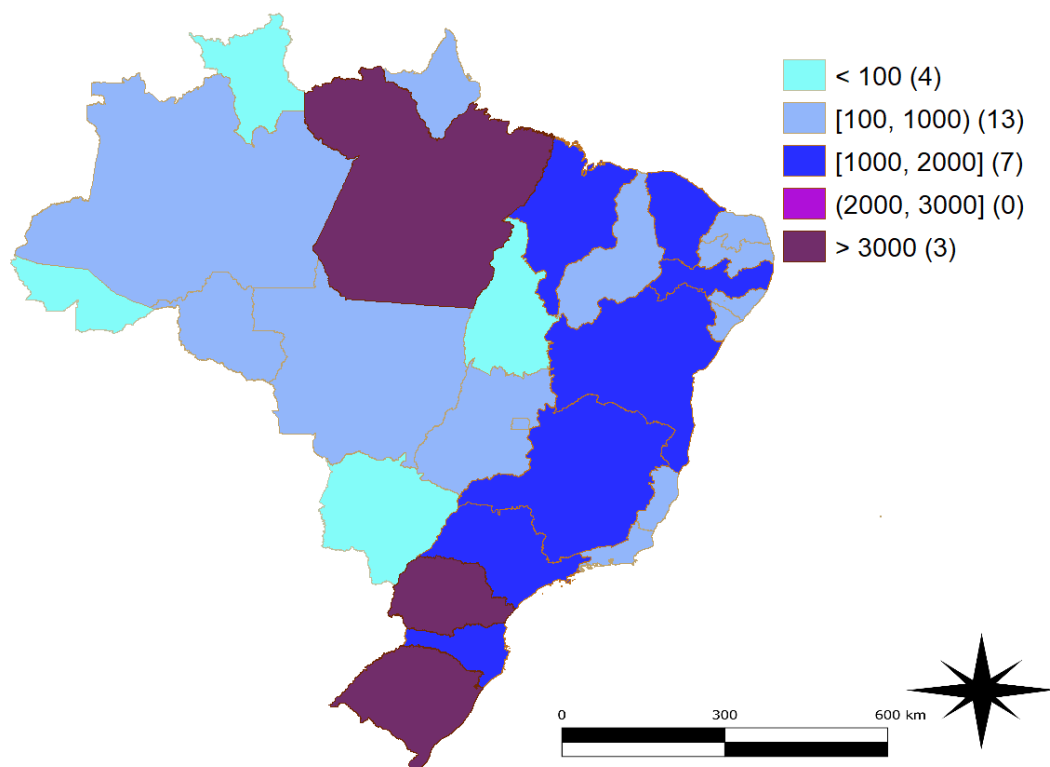
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do CNPO (2024)

Pela figura vemos que o estado está em penúltimo lugar em relação aos demais estados da federação, superando apenas os estados do Acre e Tocantins em número de agricultores certificados.



Analisando os números graficamente em formato de mapa, a Figura 2 apresenta uma análise da distribuição da agricultura orgânica certificada nos estados do Brasil. As cores no mapa representam diferentes intervalos do número de certificados de agricultura orgânica, conforme a legenda da figura:

Figura 3. Mapa com a distribuição de certificados da agricultura orgânica nos estados brasileiros



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do CNPO (2024)

Os estados representados pela cor roxa, são os estados com maior número de agricultores certificados e possuem mais de 3000 certificados de agricultura orgânica. Neste grupo são encontrados três estados, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Pará, que mostram uma forte presença e desenvolvimento da agricultura orgânica. Dois dos estados com mais agricultores certificados se encontram no sul do país, regiões conhecidas por melhores condições de infraestrutura e acesso a mercados e também com movimento agroecológico muito forte, datando desde os anos 70 do século passado. O Pará, na região norte, em 2017 foi o estado que tinha mais agricultores orgânicos cadastrados no Brasil, e seu destaque são os produtos da floresta como o açaí, a castanha do Pará, o cacau e o dendê, que possuem forte apoio do governo estado (Sousa, 2017).



É importante destacar que nenhum estado se encontra na categoria entre 2000 e 3000 certificados, demonstrando que não há estados com esse intervalo de número de certificados de agricultura orgânica. Os estados coloridos em azul possuem entre 1000 e 2000 certificados, somando sete estados. Estes indicam uma adoção mais significativa da agricultura orgânica.

Na categoria de estados com 100 a 1000 certificados, representados pela cor azul claro, encontram-se treze estados. Este grupo apresenta um nível intermediário de certificação, sugerindo uma penetração moderada da agricultura orgânica.

Os estados representados pela cor ciano claro possuem menos de 100 certificados de agricultura orgânica, totalizando quatro estados, incluindo pela ordem, do com maior número de certificados para o menor, Roraima, Mato Grosso do Sul, Acre e Tocantins. Isso indica uma presença relativamente baixa de produtores orgânicos certificados, sugerindo uma possível falta de infraestrutura ou apoio para a certificação nesses estados.

Mas não é o caso do Mato Grosso do Sul, que tem uma forte estrutura de apoio, que foi visto na extensa revisão da introdução, tem um forte movimento agroecológico, estrutura de apoio como universidades e instituições de pesquisa como Embrapa (com três unidades no estado, mas apenas duas com envolvimento em pesquisa agroecológica) e a AGRAER, que além de um setor de pesquisa tem atua na extensão rural; uma Comissão de Produção orgânica extremamente ativa, que completará 20 anos no próximo ano, e desde 2020 um Plano Estadual de Produção Orgânica, o Pró-Orgânico, com recursos para fomento e capacitação previstos no Plano Plurianual do estado.

Apesar disso, a agricultura orgânica no estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma presença historicamente menor em comparação com outras regiões do Brasil. Dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que, enquanto a média nacional de estabelecimentos que adotam práticas orgânicas era de 1,8%, no Mato Grosso do Sul esse percentual correspondia a apenas 1,16% dos estabelecimentos agrícolas (Padua *et al.*, 2013).

Essa discrepância pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a predominância de grandes propriedades voltadas para monoculturas e pecuária extensiva, características marcantes da estrutura agrária do estado, que dificultam a adoção de práticas agroecológicas, embora diversos grandes produtores de carne orgânica se reúnam na ABPO.

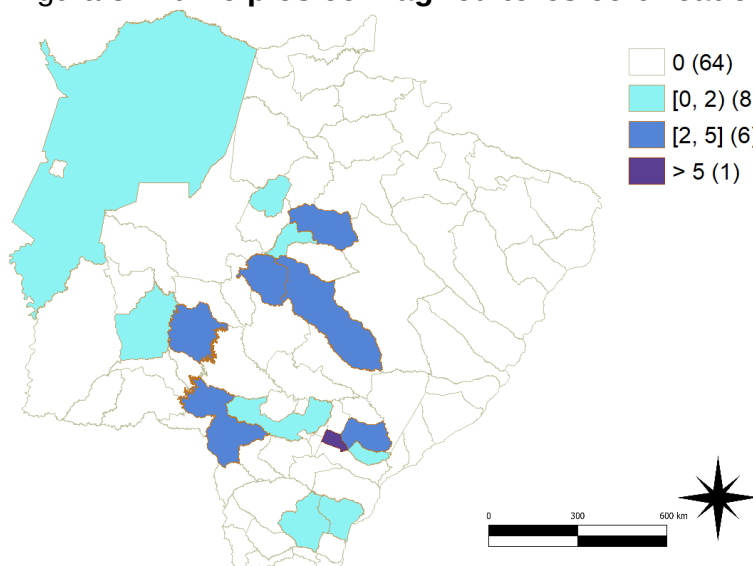
Quem são os Agricultores Certificados no Mato Grosso do Sul?

Os 19 agricultores certificados por OPAC são todos pertencentes a Rede APOMS e os certificados por certificadoras são: 1 pelo Instituto Certifica, 1 pela Ecocert Brasil



Certificadora e 11 pelo IBD Certificações LTDA. A distribuição nos municípios do estado está apresentada na Figura 3:

Figura 3. Municípios com agricultores certificados



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do CNPO (2024)

O município de Glória de Dourados, origem e sede da APOMS destaca-se no cenário de certificações de agricultura orgânica no estado, com um total de 8 certificados. Seguindo-o, encontramos os municípios de Ivinhema e Ponta Porã, ambos com 4 certificados cada. No entanto, é preocupante observar que 64 dos 79 municípios do estado não possuem nenhum certificado de agricultura orgânica.

Estudos indicam que os produtores enfrentam dificuldades no acesso a informações e tecnologias adequadas para a transição do modelo convencional para o orgânico, bem como desafios relacionados à certificação e comercialização dos produtos (Padovan *et al.*, 2017).

No Quadro 1, construído a partir dos dados do CNPO (2024), se encontram detalhados os municípios que possuem agricultores orgânicos certificados, o tipo de cada certificação, e a respectiva certificadora, o ramo de atividades com o seu respectivo número de agricultores em cada categoria. No entanto, há uma discrepância em relação ao ramo de atividades, em especial da APOMS, onde em três casos aparecem com certificação em produção animal e uma como panificação, enquanto a OPAC somente tem como escopo a produção primária vegetal. Não se sabe se isso é problema de lançamento, mas indica que há uma falha no controle do ministério em relação aos dados lançados. Há muita reclamação dos diversos órgãos ligados ao movimento orgânico sobre o sistema de inserção de dados por planilhas, que poderia estar gerando distorções nos resultados, como os aqui observados. Há



anos o MAPA estaria desenvolvendo um sistema informatizado para fazer esse cadastro, mas ultimamente parece que isto não é considerado prioridade

Quadro 1. Agricultores orgânicos certificados por município, tipo de certificação, certificadora e ramo de atividade.

Município	Tipo de Certificação	Certificadora	Ramo de Atividade	Número de Certificados
Bandeirantes	Certificadora	INSTITUTO CERTIFICA	PPV	1
		ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA		1
Bonito	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Campo Grande	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	2
Corumbá	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Dourados	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Glória de Dourados	OPAC	Rede APOMS	PPV	6
			POA	2
	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Iguatemi	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Itaquiraí	OPAC	Rede APOMS	POA	1
Ivinhema	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPA	1
			PPV	1
	OPAC	Rede APOMS	PPV	2
Nioaque	OPAC	Rede APOMS	PPV	2
Novo Horizonte do Sul	OPAC	Rede APOMS	POA	1
Ponta Porã	OPAC	Rede APOMS	POV	1
			PPV	3
Rio Negro	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Rochedo	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	1
Terenos	Certificadora	IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	PPV	2

Legenda: PPV = Produção Primária Vegetal; POA = Produção Orgânica Animal; PPA = Produção de Bovinos de Corte; POV = Panificação. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do CNPO (2024)

O principal município como já mostrado acima é Glória de Dourados, com 8 certificados, todos pela APOMS, onde dois teriam certificação para produção animal, o que está fora do escopo da OPAC. O segundo município de importância para a APOMS é Ponta Porã, que tem 4 agricultores certificados, dos quais três seriam dentro do escopo da OPAC, de produção primária vegetal, e um como panificação, que não está no escopo da certificadora. Segundo representante da APOMS contatado, os números de certificados estão corretos, porém não os escopos.

Ivinhema, com quatro agricultores certificados, dois pela APOMS, para produção primária vegetal e dois pelo IBD, um para produção primária vegetal e outro para produção de bovinos de corte. Nioaque possui dois certificados pela APOMS, sendo que esta certificadora também possuía um certificado dentro do seu escopo nos seguintes municípios: Iguatemi, Itaquiraí, Novo Horizonte do Sul.

A segunda certificadora mais importante do estado é a IBD Certificações Ltda, com 11 unidades de produção certificadas, sendo dois em Campo Grande, dois em Terenos, um em Rochedo. Conforme contato com representante da ASULPOA, no mês de maio de 2024, nenhum de seus filiados tinha certificado ativo, porque houve



atraso no pagamento da certificado pelos órgãos que apoiam o sistema. Este grupo sofre grandes variações no número de certificados, já que a certificação por auditoria depende da existência de recursos públicos do SEBRAE para pagar a certificado, e quando este recurso atrasa, muitas vezes os agricultores ficam períodos sem certificação, e por isso alguns desistiram do processo.

Além desse grupo O IBD possui um certificado em cada um dos seguintes municípios: Bonito, Corumbá, Dourados, Glória de Dourados, Iguatemi, Ivinhema, e Rio Negro. Dessas, segundo representante da ABPO, apenas três tinham certificado ativo em maio, dentro do projeto de produção de Carne Orgânica, embora isso não seja confirmado pelo ramo de atividade declarado na tabela.

No município de Bandeirantes existem duas unidades produtivas certificadas uma pelo Instituto Certifica e outra pela Ecocert Brasil Certificadora.

Conclusões

Este foi um trabalho exploratório feito para abrir a discussão sobre a certificação orgânica no estado do MS, aproveitando a realização do Agroecol 2024. Por ter sido feito com pouco tempo, não foi possível aprofundar mais as questões.

Mas mesmo assim fica claro, que o saldo de unidades de produção certificadas no estado é muito baixo em relação a todo esforço, mobilização, e estrutura disponível.

É fundamental aprofundar este trabalho, buscando encontrar quais são os entraves que estão impedindo que, tanto grandes fazendeiros ligados à ABPO como agricultores familiares, tenham dificuldade em conseguir a certificação, seja por auditoria ou por certificação participativa.

Referências

ABPO – Pantanal Sustentável, site da ABPO, disponível em: <https://www.abpopantanal.com.br/sobre>, acesso em 12 de novembro de 2024.
AGROECOL2024, Sobre o Evento, site do evento, disponível em: <https://agroecol.ufms.br/sobre-o-evento/> acesso em 12 de novembro de 2024.

DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica: conceitos e estratégias agroecológicas**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

MIGUEL, L. A. et al. Agricultura orgânica: princípios e perspectivas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 3, p. 45-57, 2014.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MS - **LEI Nº 4.106**, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011, Dispõe sobre a agroecologia e a agricultura orgânica na agricultura familiar no Estado de Mato Grosso do Sul, dá outras providências. Revogada pela Lei nº 5.279, de 6 de dezembro de 2018., disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/02b29b61c0ff2167042579370040b480?OpenDocument> acesso em 12 de novembro de 2024

MS - **LEI Nº 5.279**, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018, Institui a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico, e dá outras providências, disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-5279-2018-mato-grosso-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-agroecologia-producao-organica-e-de-extrativismo-sustentavel-organico-e-da-outras-providencias> , acesso em 12 de novembro de 2024.

MS - DECRETO Nº 15.455, DE 17 DE JUNHO DE 2020, Regulamenta a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico, e dá outras providências, disponível em <https://leisestaduais.com.br/ms/decreto-n-15455-2020-mato-grosso-do-sul-regulamenta-a-politica-estadual-de-agroecologia-producao-organica-e-de-extrativismo-sustentavel-organico-e-da-outras-providencias>, acesso em 12 de novembro de 2024.

PADOVAN, M. P.; FEIDEN, A.; KOMORI, O. M.; MOTTA, I. S.; PEREIRA, Z. V. Grandes eventos técnico-científicos de agroecologia em Mato Grosso do Sul: concepções, realizações e possíveis impactos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 2, 2016.

PADOVAN, M. P.; GOMES, J. B. P.; PADOVAN, D. S. S. Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. **Redes**, v. 22, n. 3, p. 316-342, 2017.

PADUA, J. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; GOMES, E. P. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 225-235, 2013.

SOUSA, Marcia, Pará tem o maior número de produtores orgânicos cadastrados no Brasil, site Ciclo Vivo, Belém, 2017, Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/bem-estar/para-tem-o-maior-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-brasil/> , Acesso em 12 de novembro de 2024.